



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Políticas Públicas - CPP

Projeto de Lei Ordinária nº 152/2025.  
Autor: Marcos Vinicius - PDT

**PARECER**

GARANTE O DIREITO DAS CRIANÇAS ATÍPICAS COM RESTRIÇÃO OU SELETIVIDADE ALIMENTAR A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E INCLUSIVA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, REVOGANDO-SE A LEI 13.929/20 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**I- RELATÓRIO.**

Cuidam os autos de Projeto de Lei de autoria do vereador Marcos Vinicius (PDT) que garante às crianças atípicas com restrição ou seletividade alimentar uma alimentação adequada e inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Município de João Pessoa.

O referido projeto vem acompanhado das razões que o justificam, tendo sido aprovado na Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legis. Part. – CCJRLP.

Em seguida, o presente feito foi encaminhado para a Comissão de Políticas Públicas – CPP para fins de análise e emissão de parecer.

Em apertada síntese, eis o relatório. Passamos a opinar.

**II- FUNDAMENTAÇÃO.**

*In casu*, o Projeto de Lei em questão versa sobre a garantia de uma alimentação adequada e inclusiva nas escolas de rede pública de ensino do Município de João Pessoa às crianças atípicas com restrição ou seletividade alimentar.



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Políticas Públicas - CPP

Tal pretensão calca-se na inclusão das crianças atípicas que apresentam seletividade alimentar devido a condições como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Sensibilidade Sensorial, Síndrome de Down ou outras condições médicas ou neurológicas que afetam sua alimentação.

A referida proposição determina que as escolas ofereçam cardápios inclusivos que atendam às necessidades das crianças atípicas, incluindo opções de alimentos texturizados, com cores e apresentações alternativas. Além disso, institui que toda criança atípica matriculada passe por uma avaliação nutricional para determinar suas necessidades alimentares específicas.

No caso em análise, de fato, a propositura merece total guarida, sobretudo porque visa a inclusão efetiva e o respeito à diversidade e, ainda, permite que o direito à alimentação escolar seja exercido de forma plena por todos os alunos, considerando suas especificidades.

Como é cediço, crianças atípicas frequentemente apresentam dificuldades alimentares específicas, como seletividade alimentar, hipersensibilidades sensoriais, alergias ou intolerâncias. Em razão disso, a ausência de um cardápio adequado e adaptado pode comprometer sua nutrição, seu bem-estar, sua capacidade de aprendizagem e sua permanência na escola.

Tema de suma importância, cuja política pública tem indiscutivelmente elevado grau de interesse para população. Portanto, louvável e merecida a pretensão do autor do projeto de lei.

Ademais, registre-se que o respectivo Projeto de Lei tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legis. Part. - CCJRLP – que atestou a inexistência de qualquer óbice para sua tramitação.

Destarte, no exercício da competência estabelecida pelo art. 44 da Resolução

Rua das Trincheiras n.º 43 – Centro – João Pessoa/PB., CEP. n.º 58.011-000

Tel (83) 3218-6300



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Políticas Públicas - CPP

05/2003 (Regimento Interno desta Casa Legislativa), **a referente propositura atende aos requisitos estabelecidos pela Comissão de Políticas Públicas.**

Por este prisma, é de ser favorável a propositura em exame. É o voto.

III- CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o parecer é **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 152/2025, pelos argumentos acima elencados.

É o parecer, S.M.J.

João Pessoa - PB, 11/06/2025.

Ícaro Chaves  
Vereador– Relator



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Políticas Públicas - CPP

## **PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Políticas Públicas opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI n. 152/2025**, que garante às crianças atípicas com restrição ou seletividade alimentar a uma alimentação adequada e inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Município de João Pessoa e que ratifica o voto do relator mencionado anteriormente no parecer da comissão.

Sala das Comissões, em 11.06.2025.

Jailma Carvalho  
Vereadora Presidente

Ícaro Chaves  
Vereador Vice-Presidente

Fábio Carneiro  
Vereador Membro

Eliza Virgínia  
Vereadora Membro

Rômulo Dantas  
Vereador Membro

Guiguiinha Moov  
Jampa  
Vereador Membro

Toinho Pé de Aço  
Vereador Membro